

SISTEMA FAEP



Impresso Especial

1000015118-8/2006 - DR/PR

FAEP

-CORREIOS-

impresso

# BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1067 | 21 a 27 de setembro de 2009

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

RESERVA LEGAL E APP

Ministério do Meio ambiente muda as regras



pág 8

Fotos: Cleverson Beje

}} DESVIOS DA LEI | PÁG 2

Instalados às margens de reservatórios, produtores são atingidos por um problema que não criaram



Reinério Weber



Balduino Kimiz



Leopoldo Bayer



Alécio de Lima



Amilton Cesar



José Luca



Hélio Brunning

# O curto-circuito ambiental

» O impasse entre produtores rurais e as empresas elétricas dos rios Iguaçu e Paranapanema

2

**Capa**

As hidrelétricas e os produtores

7

**Atuações ambientais**

O direito de defesa



Cleverson Beje

9

**Soja**

O início do plantio



10

**Clima**

A chuva e o brusone

12

**Os fora-da-lei**

A opinião da Veja e do Estadão



Divulgação

14

**Cursos Senar**

Jovem agricultor e Mulher Atual



18

**Via Rápida**

A imprensa e etc

21

**Pra Boi não dormir**

A nova coluna

23

**CMN**

Novas medidas para o café

# Os tributos da energia do rio Iguaçu

Da aventura do desbravamento ao novelo de leis ambientais

**A**s propriedades rurais localizadas nos entornos dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Salto Santiago, no rio Iguaçu, e Xavantes, no rio Paranapanema, são retratos acabados de uma legislação ambiental injusta, irracional e caduca, formulada por quem não conhece (ou não quer conhecer) a realidade do interior brasileiro. Essas propriedades têm o domínio dos descendentes de uma grande aventura humana - a colonização do sudoeste paranaense nas décadas de 50 e 60, por um exército de gaúchos e catarinenses.

Fiel às suas raízes nos pampas, o ex-presidente Getúlio Vargas ousou pensar em desmembrar essa região do Paraná, criando o Estado do Iguaçu.

Sem saber disso, na época, essa gente alcançou uma terra coberta de florestas e ocupada por grileiros e posseiros. Junto aos colonos recém-chegados formariam um trio, onde muitas vezes a decisão pela conquista de um pedaço de terra se decidiu pelo zumbido de uma bala ou no fio de um facão.

Hoje não há mais disputas a ferro e fogo, mas os agricultores, a maioria absoluta de pequenos proprietários, estão acuados pelo embaralhado novelo de leis, regulamentos, portarias e resoluções da incompreensível legislação ambiental.

Cleverson Beje



# As usinas

Os ancestrais dos atuais habitantes do sudoeste do Estado enxergaram nas águas do Rio Iguaçu, o mais paranaense dos cursos d'água, a garantia de fertilidade da terra e a abundância de água. Mas o Iguaçu perderia sua mansidão por ostentar em trechos de seu curso várias quedas, gradualmente transformadas em hidrelétricas. Elas tornaram o Paraná o maior produtor de energia elétrica do país (somando-se Itaipu) mas, por tabela, causaram um curto-circuito na pacata vida dos produtores rurais de suas margens.

Uma delas, a Usina de Salto Santiago foi construída e inaugurada em 1979 pela Eletrosul, que, sob as sombras do regime militar, não compen-sou os agricultores pela mata ciliar, nem reassentou as famílias atingidas pelo reservatório. Em 1997, a Usina foi privatizada e assumiu seu controle a Tractbel Energia. Ocupa territórios de oito municípios (Candói, Rio Bonito do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Foz do Jordão, Mangueirinha e Chopinzinho).

Outra, a Usina Salto Caxias, é propriedade da Copel, foi inaugurada em março de 1999, possui um reservatório de 141km<sup>2</sup>, alagou efetivamente 96km<sup>2</sup>, atingindo parcial ou totalmente 1120 propriedades rurais, além de 1200 famílias de 52 comunidades que tiveram de ser removidas ou reassentadas. A Copel se orgulha de Salto Caxias ter sido "a primeira usina brasileira a seguir toda a legislação ambiental e a primeira a ter indenizado todas as propriedades um ano antes de formar o seu reservatório". Cinco municípios tiveram áreas atingidas por suas águas (Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança e Cruzeiro do Iguaçu).

A Usina de Chavantes, no norte pioneiro paranaense, na divisa com São Paulo, foi construída no rio Paranapanema e entrou em operação em 1970. Ela acumula mais de 9 bilhões de m<sup>3</sup> de água e tem um reservatório de 400 km<sup>2</sup>. Ao contrário das hidrelétricas no rio Iguaçu, o reservatório de Chavantes tem em seu entorno grandes propriedades voltadas para a pecuária nos municípios de Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Carlópolis, Siqueira Campos e Santana do Itararé. A Duke Energy é sua proprietária. Os proprietários rurais nos entornos dessas hidrelétricas sofrem as angústias provocadas pela legislação ambiental.

**“A FAEP não medirá esforços na busca de soluções capazes de preservar os interesses dos produtores”**



## O embarraço

Através de resoluções do Conama de 1985 e 2002, foram estabelecidas áreas de preservação permanente de 100m no entorno dos lagos das usinas. Após essas resoluções, a Medida Provisória 2.166-67 estabeleceu que a indenização ou aquisição desses 100m ficaria a cargo do "empreendedor". Como as usinas de Salto Caxias, Salto Santiago e Chavantes são anteriores à essa MP, os produtores localizados em seus entornos não tiveram suas áreas de APP adquiridas. Passaram a ser responsáveis pela manutenção do passivo ambiental.

Para complicar, o Decreto 6.686/2008 fixou a data limite de 11 de dezembro deste ano para ser averbada a Reserva Legal das propriedades agrícolas no país. Para averbar a Reserva Legal é preciso fazer o SISLEG, o que implica em delimitar as Áreas de Preservação Permanente. Não bastasse esse "imbróglio", a Copel fez um contrato de compra e venda de áreas remanescentes (posteriores ao enchimento do lago) para pagamento em 20 anos. Logo os produtores não têm a matrícula e os mapas das propriedades para obter o SISLEG e esses contratos rezam que a responsabilidade dos passivos ambientais são dos produtores.

Esse cenário se repete entre os produtores do entorno dos lagos de Salto Santiago e Chavantes. A esperança para se desatar esses nós burocráticos é o projeto de um novo Código Florestal que está sendo discutido sigilosamente na Casa Civil da Presidência da República, e será enviado ao Congresso Nacional.

### OPINIÃO

**“A solução é transformar as áreas (dos agricultores) através de sistemas agroflorestais. Não adianta discursos, é preciso pensar a médio e longo prazo”**

JAIRO MACEDO, agrônomo do IAP

# Um rio de preocupações

A reação de quem vive às margens das usinas de Salto Caxias e Salto Santiago

**A**té agora os números de atingidos pelas exigências dos “100m da Copel”, como se diz na região, não são conhecidos, porque a empresa elétrica não revela os levantamentos feitos por GPS. Ninguém nega que a Copel agiu corretamente quando ocorreram os acordos para reassentamentos e indenizações com a construção da Usina, mas agora ninguém está disposto a ceder na questão dos “100m”. Quanto maior for a área da propriedade lin-

deira (nas margens) do lago da hidrelétrica, maior será a área de Preservação Permanente. Aquele que tiver, por exemplo, 500 metros lineares (multiplicado por 100m de “profundidade”) terá que preservar 50 mil metros. Algo como sete campos de futebol. A região é predominantemente de pequenos proprietários, na maioria com gado de leite, conscientes da preservação ambiental, e mais conscientes ainda de que suas terras devem ser respeitadas.

## Tempos difíceis

**C**inquenta anos atrás, no campos de Lages (SC), região de grandes fazendas de gado, a melhor notícia era a existência de terra boa e barata no sudoeste do Paraná. De mala e cuia, 11 filhos, uma vaca e uma bezerra, Marcos Weber embarcou num pequeno caminhão e tomou o rumo das margens do rio Iguaçu.

A epopéia levou mais de uma semana para cruzar os 550 km de distância entre o planalto catarinense e o ondulado e então sertão paranaense. Hoje, Reinério Weber, um dos filhos de Marcos, comanda o Sindicato Rural da simpática e limpa Nova Prata do Iguaçu, a 514 km de Curitiba, com 11 mil habitantes.

De 11, a família Weber ganhou mais 3 filhos (7 homens e 7 mulheres) e eles foram construindo uma história repleta de dificuldades. A vaca “se matou”, segundo Remério, ao estranhar ficar amarrada e não solta, “se enrolando na corda”. A bezerra restante foi exigida como pagamento dos 16 alqueires adquiridos de um posseiro de terras, indiferente ao apelo de que ela dava leite aos meninos e meninas da família Weber. “Tivemos de trocar o leite pela polenta”, lembra Reinério. Dispostos a vencer, os Weber viram muitos tiroteios na disputa de terras daquela região, até que surgiu o GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), chefiado então pelo jovem engenheiro Deni Schwartz, que conduziu a regularização das propriedades na região e estabeleceu o fim da luta sem mocinhos entre grileiros, posseiros e colonos.

O patriarca Marcos Weber viajava dois dias em ida e volta num ônibus chamado “Jaqueta” até Francisco Beltrão, distante 80 km, para conseguir

Fotos: Cleverson Beje



**REINÉRIO WEBER:**  
história de vida

recursos do Banco do Brasil. Para obtê-los, havia uma exigência do gerente: desmatar a floresta intacta. Se isso não ocorresse, o fiscal do banco negava o empréstimo. “Meu pai mobilizava todos os filhos e eu, com uns 7 anos e minha irmã de 6, pegávamos de um lado daquelas serras de dois punhos e íamos ajudar no corte das árvores”, conta Remério. Hoje, conta orgulhoso essas lembranças e o fato de ver um filho formado em Veterinária e outros dois, gêmeos, cursando Medicina.

Aos 44 anos, na sua propriedade de 60 hectares, há 140 vacas holandesas dando leite, sua principal fonte de renda. Ele lidera e mobiliza a vizinhança

### OPINIÃO

**“ Há uma equipe que ficou responsável por um levantamento na região, mas até agora não prestou conta dos resultados ”**

ARISTEU RIBEIRO, Diretor de Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

com os problemas gerados pelo reservatório da Usina de Salto Caxias, através das potentes ondas da Rádio Jovem Prata, o grande veículo de comunicação da cidade. Segundo o Iparde, Nova Prata do Iguaçu tem o trigo, soja e milho como principais culturas e 34 mil cabeças de gado. “O povo com terras na beira do lago não pode averbar os 100m, a Copel ou seja lá quem for que indenize e legalize a documentação, é simples”, diz Reinério. Segundo ele, quem tiver fontes de água na propriedade “vira um infeliz”, porque além dos 100m de preservação à beira do lago da Usina, terá de preservar mais 30 metros de cada lado de cada fonte.

## Prevenido

**H**elio Brunning Kürten, 42 anos, é produtor de leite em Três Barras do Paraná e acompanhou as negociações da Copel com os atingidos pelas águas na época da construção de Salto Caxias. Didático, explica que “é melhor prevenir do que remediar”.

Nessa tese e com forte liderança e articulação no município, Brunning conhece as dúvidas e as ansiedades dos pequenos proprietários da região. Ele tem reunido a documentação disponível de vários deles, tem advogados de prontidão, e promete entrar na Justiça, caso não haja uma solução palatável da Copel e do IAP. Ele lembra que “lá atrás o governo mandou desmatar, logo não pode agora exigir o contrário”, e recorre a amarelecidos decretos dos anos 40 para comprovar a tese.

**HÉLIO BRUNNING:**  
direitos e deveres



## Enxerto de vaca

**E**m Lomba Seca, nome caracterizado por ser o primeiro que sofre os efeitos da estiagem, próximo de Três Barras do Paraná, o sergipano José Luca Ribeiro, 67 anos, dividiu entre os 8 filhos sua área de 50 alqueires, muito ondulada por morros, onde cria gado de corte. “Como eu posso impedir um boi de tomar água no lago?”, indaga Luca. A família de Luca que trabalha como se fosse uma mini-cooperativa não tem idéia da área total que se tornaria de preservação permanente, mas o filho César recorre a um exemplo de seu cotidiano, lembrando que “para enxertar um vaca leva dois anos e o preço do bezerro só vale uns 450 reais” e cutuca: “os homens do IAP, da Copel precisavam conhecer nosso batente. Se um bezerro vale só isso, quanto vale nossa terra? Não queremos pagar a conta sozinhos”.

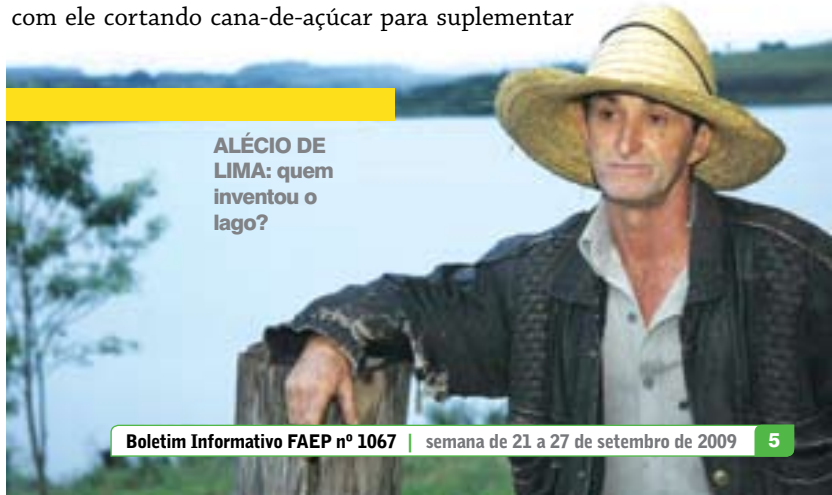


**OS LUCA:** a conta é dos outros

## Orações e porteira

**A**lécio de Lima, 57 anos, acorda com a mulher Maria Alexandrina todos os dias, “sem Natal ou Ano Novo”, às 5h da madrugada para ordenhar as 60 vacas de leite, em sua propriedade de 30 hectares (e quatro escrituras), que lhe proporciona uma renda média de R\$ 2 a 3 mil por mês. Seu dia invariavelmente termina com ele cortando cana-de-açúcar para suplementar

**ALÉCIO DE LIMA:** quem inventou o lago?



a alimentação de suas vacas. Religioso, guardou o livro-tombo (inventário) da Igrejinha da comunidade de Santa Geneveva, em Três Barras do Paraná, onde só há missa uma vez por mês. Lá ele reza para que a “Copel e o IAP não me incomodem”. Com três filhos, Alécio ocupa uma casa simples, mas aconchegante, de onde se descortina um belíssimo cenário das águas do Lago de Salto Caxias. Se jogasse uma linha de mão, pescaria da pequena varanda da casa. Mas há um problema. Embora viva ali desde que o pai Luciano de Lima chegou de Taió (SC) há seis décadas, sua casa está dentro dos 100m de Área de Preservação Permanente. “Não sou contra eles exigirem, mas que paguem o que isso aqui vale”, define. Alécio, porém, nem sonha deixar a casa, benfeitorias e suas vacas de leite por algo que não provocou. “Ué, eu não inventei esse lago”, decreta.

É a mesma opinião do sorridente catarinense de Rio do Sul, Balduino Kimiz, 62 anos, vizinho de Alécio em Três Barras, criador de gado de corte. Ele afirma que “os tempos são outros” e sintetiza que se a Copel está sendo apertada pelo IAP “ela que indenize os 100m e estamos conversados. Nessa porteira só passa quem o dono permite”.



**BALDUÍNO KIMIZ:**  
porteira fechada

## Boi voador

**N**a sequência de hidrelétricas do rio Iguaçu, a Usina de Salto Santiago, construída pela Eletrosul e privatizada para a Tractebel, tem um reservatório de 208km<sup>2</sup>, boa parte no município de Cândói, a 320 km de Curitiba. Cândói, na língua caingangue, significa “eu tenho a arma”, onde vivem cerca de 16 mil habitantes, e a BR-373 corta a cidade em duas. A 20 km do centro, o lago de Salto Santiago forma o que a população chama de “alagados”, uma área de lazer.

Próximo dali vive Leopoldo Bayer, que viu seu pai Otto, hoje com 90 anos, desbravar a região, lidar com suínos e ensinar aos filhos o trato do gado de corte numa região extremamente acidentada. Testemunhou também o pai perder 27 alqueires inundados pelo reservatório da usina e agora corre o risco de perder outro tanto “que não sei quanto” com a exigência dos 100m de APP. “É muito gozado”, diz ele, “anos atrás a Cafe do Paraná lançou o Pró-Várzeas e pagava pra gente plantar, hoje plantar na várzea dá multa”.

Bayer tem um raciocínio lógico sobre a questão da produção e preservação. “Ninguém mais do que o produtor rural sabe a importância dos rios, mas se o povo da cidade quer pão no café, alcatra pro churrasco e o governo dinheiro com a exportação não mexam com a gente”, diz, “essa legislação ambiental pode ser legal, mas é imoral”. Na sua área

### }} OPINIÃO

“*Em reunião no mês de julho, a Copel mostrou trabalhos para não inviabilizar as pequenas propriedades devido às APPs, mas esclareceu que não indenizará os produtores*”

de pastagens há uma dúzia de cabeceiras e fontes de água, o que implica em proteção de cada uma com 30 a 50m de mata ciliar de cada lado. Num cálculo rápido, Leopoldo soma a isso a reserva legal obrigatória de 20% do total da propriedade, mais os 100m de APP da sua terra que margeia o lago. E resume a ópera: “vou acabar colocando meus bois na copa de uma árvore”.



**LEOPOLDO BAYER:** Chifres nas árvores

# Novo sistema pode aliviar sufoco do produtor

No novo modelo de Colegiado, os casos poderão ser analisados e as multas serão posteriormente definidas

Os produtores rurais do Paraná contam desde julho deste ano com um sistema de “julgamento” das autuações, com amplo direito de defesa. Denominado de Colegiado de Julgamento de Infrações Administrativas Ambientais, o novo órgão é integrado por dois funcionários do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e um da Força Verde (Polícia Ambiental, da PM), que analisam cada caso e, posteriormente, definem o valor da multa. O produtor terá direito de defesa e poderá, ainda, ter o valor do pagamento reduzido ou convertido em benfeitorias.

Este e outros assuntos foram discutidos no dia 16 de setembro na sede da FAEP em Curitiba entre o comandante da Força Verde, tenente-coronel João Alves da Rosa Neto, e representantes do Sistema FAEP-SENAR. Rosa Neto explicou as metodologias de ação na defesa do meio ambiente e no combate à devastação das matas no Paraná.

O capitão Luiz de Ávila Júnior explicou como a PM ambiental age no meio rural nas autuações quando existem crimes ambientais e como o agricultor deve utilizar sua área sem ferir a legislação ambiental. Os militares foram recepcionados na reunião pelo diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, e pelo diretor-secretário Livaldo Gemin, que encerrou a reunião.

Biscaia abriu o debate lembrando que a FAEP é uma entidade que defende o produtor rural e principalmente luta pela manutenção das leis. “A FAEP é uma instituição legalista. Queremos a paz no campo, somos pela legalidade”, disse. Falou sobre as dificuldades que o produtor rural encontra hoje



Cleverson Beje

Tenente-coronel João Alves da Rosa Neto, o diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, e o capitão Luiz de Ávila Júnior

no dia a dia de seu trabalho para cumprir a legislação ambiental, tão drástica que chega a comprometer a propriedade como fonte de sustento.

Para o diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemin, o encontro abriu um novo tempo e vai ajudar nas ações das regionais do SENAR-PR para promover diálogos com integrantes da Força Verde. “Vai facilitar a vida do produtor rural quanto à atuação dos policiais. Estão investindo numa nova maneira de abordagem”.

O comandante Rosa Neto admitiu que muitas vezes as abordagens ocorrem de forma truculenta com soldados mal preparados, mas que há uma política de treinamento com os integrantes da polícia para mudar este comportamento. Segundo ele, hoje os policiais da Força Verde já estão bem conscientes de sua função e os resultados têm sido bastante satisfatórios.



## ALTERAÇÃO

### Colegiado de Julgamento

No novo modelo de Colegiado de Julgamento de Infrações Administrativas Ambientais os casos poderão ser analisados e as multas serão posteriormente definidas. O produtor terá direito de defesa e poderá ter o valor reduzido ou convertido em benfeitorias para o município. A mudança é inédita no Brasil.

O IAP tem mais de 50 mil processos oriundos de multas aplicadas em autuações no Paraná, processos que a instituição não tem capacidade operacional para concluir. O novo sistema já despertou o interesse de outros estados brasileiros. As multas com valores superiores a R\$ 20 mil são julgadas na instituição, as de valor inferior nos escritórios regionais.

Antes dessa alteração havia sempre a possibilidade dos fiscais do IAP e da Força Verde estipularem valores aleatoriamente sem critérios claros. Dois técnicos poderiam definir multas diferenciadas para uma mesma situação. O processo passava por várias esferas públicas gerando um grande volume de autos, vindo muitas vezes a caducar por não ser julgado em tempo hábil.

# Autorizada exploração econômica da Reserva Legal

Entre as novidades, a isenção de projeto técnico para cultivo de espécies florestais em áreas de cultivo agrícola e de pecuária alteradas

Cleverson Beje



Os produtores rurais vão poder fazer manejo sustentável e exploração seletiva dos recursos naturais das áreas destinadas à Reserva Legal nas propriedades. Também vão poder cultivar espécies herbáceas ou anuais até o terceiro ano da recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal. A regulamentação do manejo sustentável, tanto para uso familiar como comercial, está prevista na Instrução Normativa nº 4, de 09/09/2009.

Na mesma data, o Ministério do Meio Ambiente publicou outras duas Instruções Normativas, de números 3 e 5, que tratam sobre como fazer a recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de Reserva Legal e sobre a isenção de projeto técnico para cultivo de espécies florestais em áreas de cultivo agrícola e pecuária alteradas, subutilizadas ou abandonadas.

O agricultor familiar, o empreendedor familiar rural ou os povos e comunidades tradicionais ficam isento dos custos para o georreferenciamento das

APPs e RL, cabendo o ônus aos órgãos públicos competentes – segundo o artigo 12, capítulo VIII da IN-5.

Já a IN-3 autoriza o corte ou exploração das espécies nativas comprovadamente plantadas, desde que tenham sido previamente cadastradas no órgão ambiental em até sessenta dias após o plantio. Por ocasião da colheita, comercialização ou transporte, será preciso primeiro avisar o órgão ambiental competente sobre o número de cadastro do plantio, identificação e quantificação das espécies a serem cortadas e volume obtido, além da localização da área a ser objeto de corte. Em todos estes trâmites, não pode haver cobrança de taxas.

Quanto à exploração florestal eventual, sem propósito comercial, a IN-4 permite ao agricultor familiar ou comunidades tradicionais retirar até 15 metros cúbicos de lenha por ano por propriedade ou posse e madeira para construção de benfeitorias e utensílios na posse ou propriedade rural até 20 metros cúbicos a cada três anos.

O capítulo III da IN-4 autoriza, na

Reserva Legal, abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água, ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável praticado na propriedade ou posse do agricultor familiar, do empreendedor familiar rural e dos povos e comunidades tradicionais.

Também há autorização, para toda propriedade, de implantação de trilhas para o ecoturismo, aceiros para prevenir e combater incêndios, implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber; implantação de corredor de acesso de pessoas e animais para obtenção de água; construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; construção e manutenção de cercas ou picadas de divisa de propriedades; e pastoreio extensivo tradicional em campos naturais desde que não promova a supressão da vegetação nativa ou a introdução de espécies vegetais exóticas.



# Começa o plantio de soja

Paraná quer retomar posição de maior produtor de grãos do país

Com o fim do vazio sanitário, o Paraná começa o plantio de soja nos próximos dias com a intenção de voltar a ser o maior produtor de grãos do país, posição perdida para o Mato Grosso na última safra, quando a produção do estado quebrou por conta da falta de chuvas. Na primeira estimativa para a safra 2009/10, o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria estadual da Agricultura, prevê que o produtor paranaense vai trocar o milho pela soja.

Segundo o técnico do Deral, Otmar Hubner, o aumento da área para a soja deve ser de aproximadamente 6,5%, devendo chegar ao recorde de 4,28 milhões de hectares, nos quais, em condições climáticas normais, poderá produzir de 12,47 milhões a 13,66 milhões de toneladas, 16,6% a mais do que as 9,37 milhões colhidas na safra 2008/09 e consolidará novo recorde para o Paraná.

O recorde anterior de produção de soja no Paraná foi estabelecido na safra 2006/07 que totalizou 11,77 milhões de toneladas. Alguns fatores são deter-

minantes para que os produtores prefiram cultivar a soja em detrimento de outras espécies, principalmente do milho que é o maior concorrente, sendo que se destacam a histórica liquidez da soja, o menor risco cultural e menor dispêndio com fertilizantes, em comparação ao milho, e a maior facilidade de execução dos tratamentos culturais e da colheita.

## Cenário ruim

Para a economista da FAEP, Gilda Bozza, o milho está com um cenário muito ruim, os preços estão abaixo dos custos de produção. “Já a soja, apesar da perspectiva de preços mais baixos, porque vai ter uma grande produção mundial, o produtor está apostando porque ela ainda dá uma rentabilidade”, afirmou.

A soja está entre os únicos três produtos agrícolas do Paraná que não apresentou queda de preço entre janeiro e agosto deste ano, subindo 4% na comparação com o mesmo período do ano passado, apesar da crise internacional, explica Gilda. Atualmente, é possível comprar quase três sacas de 60 kg de milho com uma de soja no Paraná. “Quando a relação é acima de duas sacas, é favorável à soja”, destacou.

Em extensão de área cultivada com soja, de acordo com o Deral, o Norte do Paraná é a principal região, com 26,8% do total estadual, e deve aumentar em 5,9%; na segunda posição ficará o Sul, com aumento de 10,7%, enquanto que o Oeste, onde o aumento será de 4,8%, passa a ser o terceiro colocado.

## Fim do vazio sanitário

A suspensão do plantio de soja no Paraná, o chamado vazio sanitário, terminou no dia 15 de setembro e os produtores já podem começar a plantar a partir de 1.º de outubro, de acordo com o zoneamento do Ministério da Agricultura. O vazio sanitário foi adotado pela Secretaria estadual da Agricultura para impedir a proliferação da ferrugem asiática, cujos primeiros focos apareceram no Brasil há 10 anos.

A doença provoca a queda das folhas e prejudica a formação dos grãos, derrubando drasticamente a produtividade da lavoura. Segundo a Embrapa, a estimativa é de que a doença já provocou perdas de aproximadamente US\$ 13,4 bilhões. Esta é a segunda vez que a medida fitossanitária entra em vigor no Paraná.

**“O aumento da área para a soja deve ser de aproximadamente 6,5%, devendo chegar ao recorde de 4,28 milhões de hectares, nos quais, em condições climáticas normais, poderá produzir de 12,47 milhões a 13,66 milhões de toneladas”**



# Chuva é causa, Brusone é consequência

Lavouras de trigo são castigadas pelo excesso de umidade

Prejuízos podem atingir em torno de 60% da área plantada

As instituições de pesquisas do Paraná (Embrapa Soja e Instituto Agronômico do Paraná Iapar) elaborou uma nota técnica (confira em [www.faepr.com.br](http://www.faepr.com.br)) com o intuito de esclarecer e sensibilizar as autoridades em relação aos prejuízos causados na triticultura paranaense pelo excesso de chuvas nos últimos meses. A FAEP que já havia alertado para o problema, mobilizou, em parceria com a Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná), técnicos, pesquisadores, representantes de seguradoras e de agricultores buscando respaldo científico para que os pedidos de sinistros dos agricultores no seguro agrícola e no Proagro sejam atendidos.

Os pesquisadores concordaram que este ano a situação foi atípica: alta frequência de chuvas de junho a agosto, um volume três vezes maior do que a média histórica e muita umidade, especialmente na região Norte. Os dados pluviométricos do excesso de chuvas foram apresentados pelo pesquisador do Iapar, Willian Ricce. Somente em julho, choveu 281% a mais do que a média histórica para o período na região de Londrina. Foi o maior registro de precipitação desde 1976.

A semeadura do trigo no Paraná iniciou em

maio, atraso em função da seca em abril, que impediu o início do cultivo do grão. O pesquisador da Embrapa, Manoel Carlos Bassoi, explicou que o excesso de chuva coincidiu com o período do espigamento e se estendeu durante a formação de grãos, considerada uma das fases mais críticas para a definição da produtividade e interferiu no manejo para controle de doenças como o brusone. “As lavouras no Norte e no Oeste do Paraná foram atingidas pelo brusone e pela giberela”.

No Sudoeste os produtores estão sofrendo com o “mal do pé”, um fungo que pode destruir toda a lavoura e também encontram ambiente favorável para o seu desenvolvimento com as chuvas contínuas.

O excesso de umidade propiciou um ambiente favorável para a rápida multiplicação do fungo da brusone que, desde seu surgimento em 1985 como fungo do arroz que mais tarde migrou para o trigo, nunca registrou uma incidência tão grande como este ano. Na região Norte, responsável por 40% dos 1,3 milhão de hectares do Estado, há lavouras em que as perdas chegarão a 100%. A situação também é crítica no Oeste do Estado. “Não é possível que milhares de agricultores sejam incompetentes na aplicação do fungicida”, provocou Bassoi.

A pesquisadora Claudine Seixas, da Embrapa Soja, explicou que o fungo é uma das possíveis consequências do excesso de chuvas. Para que ele se desenvolva tem que haver desequilíbrio de um dos componentes do tripé: hospedeiro (planta), organismo causal (fungo) e clima. “O fungo que causa a brusone precisa de 8 a 10 horas de molhamento para iniciar a infecção”, explica Claudine. “O excesso de chuvas pode ter como consequência desde a queda de qualidade até a perda total”.

A questão é que independente do controle efetivo, as chuvas impediram a avaliação até mesmo

**“As chuvas impediram as máquinas de entrar no campo para a aplicação de fungicidas. Quando se conseguiu, o fungicida aplicado foi lavado tornando-se ineficaz. Há casos, relatados pelos técnicos de produtores que fizeram entre três a seis aplicações, sem resultado”**



Entidades se unem em busca de solução para prejuízos na lavoura de trigo

da questionada eficiência dos fungicidas e com a continuidade das chuvas os produtores estão assistindo o apodrecimento dos grãos nas espigas.

Os produtores que conseguiram realizar a colheita que começou dia 25 de agosto tiveram sua produtividade e preço comprometidos. O diretor do Deral (Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura), Francisco Simioni explicou que o levantamento inicial que apontava queda de 9% na safra de trigo é conservador. “A safra será menor que a prevista e terá impacto na qualidade e na produtividade”.

Segundo estudo da Embrapa, os prejuízos podem atingir em torno de 60% da área plantada e os reflexos podem aparecer na redução de produção em 2010, inclusive com a falta de produção de sementes.

O documento elaborado pelas entidades de pesquisas será encaminhado ao Banco Central, ministérios de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Desenvolvimento Agrário e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg).

### Cada caso é um caso

O seguro agrícola cobre a safra de adversidades climáticas (chuvas excessivas, ventos fortes, granizo, seca e geada), mas não há cobertura para prejuízos decorrentes de doenças. Representantes das seguradoras privadas e do Proagro (seguro agrícola do governo federal), do Banco Central também participaram da reunião e afirmaram que cada caso será analisado individualmente, já que a ocorrência não foi em todo o Estado e, portanto não pode ser generalizada.

O importante é que o produtor siga as orientações corretas de comunicado do sinistro e aguarde a perícia técnica que irá até o local e fará a avaliação definindo as causas das perdas. “É fácil ser bom e pagar e é fácil ser ruim e não pagar. Difícil é ser justo”, afirmou o diretor comercial da Companhia Aliança do Brasil, Wady Cury.

“O importante é ser justo. A seguradora não

## Orientações ao produtor

Veja abaixo orientação de como proceder em casos de sinistros. No seguro agrícola não há cobertura para doenças como brusone e giberela, mas perdas originadas por chuvas excessivas, geadas e ventos fortes estão previstos na cobertura:

1. A comunicação de sinistro deve ser feita imediatamente após o evento.
2. Deve entregar as notas fiscais (primeiras vias) de todos os insumos adquiridos (sementes, adubos, defensivos, etc). Não são aceitas notas fiscais em nome de terceiros como comprovante de gastos;
3. A data das notas fiscais de sementes e fertilizantes têm que ser anteriores à data do plantio;
4. Para o Proagro a análise química e a análise granulométrica do solo são obrigatórias para operações acima de R\$ 12 mil.
5. No caso de Seguro Agrícola privado, o segurado deve comunicar a data do início da colheita com 15 (quinze) dias de antecedência e a colheita não poderá ser feita sem autorização por escrito da seguradora;
6. Não colher nada da safra, muito menos destruir a área que foi perdida, antes da vistoria do perito e do fiscal do banco;
7. O perito tem em torno de seis dias úteis (Proagro) e dez dias úteis (seguro agrícola) para fazer a vistoria, após o aviso de sinistro pelo segurado;
8. No caso de perda total, a área só poderá ser eliminada depois da liberação pelo perito da seguradora e pelo fiscal do banco;
9. No caso de perda parcial em que a lavoura vai ser colhida posteriormente informar ao perito o início da colheita para que ele possa realizar o acompanhamento;
10. Comunicar ao banco ou ao corretor de seguros a ocorrência de quaisquer outros eventos que possam prejudicar a lavoura ou agravamento das perdas para que o perito possa realizar nova vistoria;
11. Seguro e Proagro somente cobrem lavouras que seguiram o zoneamento agrícola. O Proagro cobre até três sinistros considerando os últimos cinco anos.
12. Aguardar a análise. Para o Proagro, no caso de o produtor não concordar com a indenização estabelecida, ou negada, pode entrar com recurso na área administrativa junto a CER (Comissão Especial de Recursos do PROAGRO). O Assistente Técnico está apto a executar tal procedimento, que deve ser encaminhado a CER Brasília, através da Agência do Banco que concedeu o financiamento.
13. Para o seguro agrícola. Mesmo que o segurado discorde do laudo de inspeção final elaborado, deve assiná-lo, manifestando sua discordância no próprio laudo. Neste caso a seguradora enviará outro técnico para dirimir as contradições. Persistindo o desacordo, o segurado deverá eleger um perito de empresa técnica que juntamente com o da seguradora, tentarão chegar a um consenso. Se ainda assim não houver um entendimento, as partes escolherão um terceiro perito e estes trabalharão em conjunto e por maioria de votos, resolverão as questões contraditórias, descrevendo-as em ata assinada pelos mesmos.

tem problemas em indenizar desde que seja justo. O problema é pagar um sinistro que não foi bem avaliado”, concordou Carlos Eduardo Carvalho Rodrigues, gerente de produtos agropecuários da Companhia Aliança.

Aproximadamente 15% das lavouras de trigo paranaense estão seguradas, com 1830 agricultores segurados, e 360 comunicações de prejuízos por chuvas excessivas. No Proagro são 10 mil contratados e até o momento foram 800 comunicados de prejuízos. O desembolso das seguradoras seria superior a R\$ 500 milhões em caso de perda total do trigo. As perdas ainda não foram contabilizadas, mas podem se agravar se houver continuidade das chuvas.



# Só demarca quem é dono

A demarcação de terras indígenas é novamente o MST na análise do "Estadão" e da "Veja"

**E**m análise publicada no jornal "O Estado de SP", em 09/09/2009,

o advogado Cícero Alves da Costa, de Dourados (MS), demonstra claramente a ilegalidade da demarcação de terras indígenas em áreas particulares por iniciativa da Fundação Nacional do Índio (Funai). Confira alguns de seus principais argumentos, amparados nas leis e na Constituição Federal:

(...) A natureza jurídica da demarcação de terras particulares resume-se a obrigar o vizinho a estremar divisas, fixar novos limites ou aviventar os já apagados. Já a demarcação indígena tem efeito declaratório do domínio da União sobre as terras que demarca. Daí por que afirmar que a demarcação indígena em terras particulares se traduz em confisco da propriedade particular.

(...) a lei não tergiversa. O órgão federal de assistência ao índio só pode demarcar as terras (públicas) da União habitadas pelos índios. É bem por isso que a decisão recente do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa-Serra do Sol proíbe a ampliação das reservas indígenas já demarcadas.

(...) a demarcação indígena, quando é manejada contra terras particulares, de propriedade particular, e como meio de aquisição da propriedade imóvel de terceiros, ofende o princípio da legitimidade. Ofende o direito alheio de propriedade, o devido processo legal e o controle do poder jurisdicional. Fica evidente que o órgão federal de assistência ao índio, quando utiliza o decreto e o procedimento demarcatório - que são próprios para demarcar as terras indígenas da União - contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, pratica ato administrativo ilícito derivado de desvio de poder. A demarcação indígena

**O ESTADO DE S. PAULO**

## Licença para invadir mais

**A** mais recente demonstração de submissão do Ministério do Desenvolvimento



Agrário aos interesses dos sem-terra foi o esforço, nas últimas semanas, do ministro Guilherme Cassel em ver aprovada a alteração dos índices mínimos de produtividade rural - o principal critério usado para desapropriar terras para a reforma agrária. Se aprovada, a proposta terá como efeito o aumento das invasões de terra, porque propriedades hoje consideradas produtivas passariam para a lista negra do Incra.

Matéria da edição 2130, da revista Veja, mostra que é exatamente do que o MST precisa: uma desculpa para invadir novas propriedades.

Não há sentido prático em tornar os critérios de produtividade mais rígidos. O setor agrícola brasileiro é um dos mais eficientes do mundo. Terras boas e ao mesmo tempo improdutivas são uma raridade. Quando existem, são resultado de circunstâncias eventuais - uma seca que causou queda de rendimento - ou de uma opção econômica do produtor: se o preço de determinado alimento não paga o investimento de produzi-lo, ele tem o direito, como qualquer empreendedor, de reduzir a produção por um período. Na outra ponta, a falta de acesso à terra já não é uma questão social relevante no país. Prova disso é que muitos militantes do MST são moradores das cidades. A maioria, e aí estão incluídos líderes como João Pedro Stedile, não sabe sequer manusear uma enxada. Além disso, se forem consideradas apenas as áreas cujo processo de desapropriação já foi iniciado pelo Incra, há terra suficiente para assentar todas as 30 000 famílias hoje amontoadas em acampamentos do MST e similares.

contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, materializa vício insanável de ilegalidade administrativa.

(...) é forçoso afirmar: só a manifesta ausência de legitimidade ativa já é elemento suficiente para desnudar a nulidade insanável que representa o ato administrativo do órgão federal de assistência ao índio de demarcar terras particulares, de propriedade particular, e de terceiros, que o Poder Judiciário federal e os tribunais superiores não enxergam. Infelizmente!

A população de morcegos cresce junto com o número de casos de raiva nos herbívoros



SEAB

# Aumentam casos de raiva bovina no PR

Casos de raiva em herbívoros crescem com a adaptação dos morcegos em propriedades rurais

A Raiva dos Herbívoros no Paraná está deixando o setor agropecuário em estado de alerta, pois bovinos, equinos, caprinos e ovinos estão na alça de mira dos morcegos-transmissores. É uma doença sem cura, fatal e ocorre também em humanos que entram em contato com animais infectados.

“O morcego hematófago da espécie ‘Desmodus rotundus’, o transmissor da raiva para os herbívoros, é um morcego que vive normalmente em abrigos naturais ou artificiais, se adapta a qualquer lugar que esteja próximo de sua fonte de alimentação”, diz Elzira Jorge Pierre, médica-veterinária da Secretaria da Agricultura (SEAB).

Em 2007 ocorreu o maior surto da doença, quando foram registrados 241 casos no estado. No ano seguinte, devido a vacinação e o combate ao morcego, o número diminuiu para 127 ocorrências. Agora, em 2009, até o dia 11 de setembro, já foram registrados 131 casos, número superior ao do mesmo período do ano passado.

O produtor tem um papel fundamental no controle da raiva dos herbívoros, pois é ele quem deve alertar sobre focos da doença ou suspeita de animais infectados. “O agricultor pode contribuir informando a SEAB sobre animais que tenham morrido com os sintomas da raiva e informar também sobre locais

que sirvam de abrigo aos morcegos”, lembra Pierre.

Um dos sintomas do herbívoro com raiva, além da locomoção, é a dificuldade de comer e beber. O animal não consegue engolir a saliva, dando a impressão de afogamento. O produtor não deve em hipótese alguma entrar em contato com a saliva. Outra recomendação é a de que o animal com raiva não deve ser sacrificado. “O agricultor deve informar a SEAB, para que os técnicos colham o cérebro do animal morto, a fim de comprovar a doença em laboratório. Se o animal for abatido pelo proprietário, o resultado pode dar um falso negativo para raiva, pondo em risco, além da vida do produtor, outros animais da região”, afirma Pierre.

A raiva mata aproximadamente 25 mil cabeças de gado por ano no país. É uma doença fulminante, pode levar os animais à morte em aproximadamente dez dias e a contaminação com a raiva traz prejuízos para produção de leite, carne e no couro. Além de representar sérios riscos para as pessoas que trabalham com os animais. O combate a doença feito nos herbívoros é diferente daquele tratamento feito nos animais de estimação, pois, além de vacinas, é necessário fazer o controle da população de morcegos.

As regiões do Paraná com maior índice de casos são Ponta Grossa, Cornélio Procopio e Guarapuava.

## DICA

### Sintomas da raiva no gado

- » Isolamento do rebanho;
- » Tem dificuldade ou não consegue se alimentar ou beber;
- » Aparece estar engasgado;
- » Salivação;
- » Anda com dificuldade e tem dificuldade de parar em pé;
- » Na fase final da doença o animal apresenta paralisia e morre.

## }}

### Números da Raiva dos Herbívoros no Paraná

2005 » 89 casos

2006 » 190 casos

2007 » 241 casos

2008 » 127 casos

2009\* » 131 casos

\* Até 11 de setembro

Fonte: SEAB



## JAA comemora a Independência do Brasil



O desfile de 7 de setembro deste ano em Vera Cruz do Oeste, contou com a participação especial dos participantes do Jovem Agricultor Aprendiz. O Sindicato Rural aproveitou a ocasião para ressaltar a importância da data para história do Brasil.

## MARINGÁ

### Formatura Jovem Agricultor Aprendiz



Em 10 de setembro foi realizada a formatura da turma do Jovem Agricultor Aprendiz de Floresta que é extensão de base do Sindicato Rural de Maringá. Além do Sindicato, outras entidades apoiaram o evento como Secretaria da Agricultura, Prefeitura de Floresta e Emater. Os 40 alunos participaram do evento junto aos seus familiares.

## MULHER ATUAL 1

### Início do programa em Porecatu

No primeiro dia do mês de setembro o Sindicato Rural de Porecatu em parceria com a Cofercatu Cooperativa Agroindustrial organizou um chá para as agricultoras dando início ao programa Mulher Atual no Município.

Em 8 de setembro a instrutora do SENAR-PR Zeila Manchini ministrou a primeira aula no Centro de Treinamento da Cooperativa, o Mulher Atual contará com a presença de 22 mulheres e será realizado todas as terças-feiras na região.



## MULHER ATUAL 2

### Encerramento em Tibagi

Dia 15 de setembro marcou o encerramento do programa Mulher Atual em Tibagi. As aulas ministradas pela instrutora do SENAR-PR Sandra Prestes desenvolveram aspectos culturais, emocionais, sociais, ambientais e profissionais.



## MULHER ATUAL 3

### São Pedro do Ivaí

No mês de setembro o programa Mulher Atual chegará ao fim em São Pedro do Ivaí. Desde julho todas as segundas-feiras produtoras rurais se reúnem no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). A instrutora do SENAR-PR Elaine Gasparello está muito satisfeita com o resultado do curso, que vem despertando desafios e conquistas as mulheres do município.

## Agrinho em Pato Branco



Fotos: Divulgação

**O** desfile de 7 de setembro em Pato Branco contou com a presença do Agrinho. O personagem se juntou às crianças e professores da Escola Municipal Genesis na campanha por uma educação cidadã.

## Produtores querem Conselho de Sanidade Agropecuária

**N**a manhã da última terça-feira autoridades e demais envolvidos no meio agropecuário se reuniram no Sindicato Rural de Tibagi com a intenção de criar o Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA).

O presidente Ivo Carlos Arnt Filho defende a união do poder público com o privado para criação do CSA. Segundo ele produtos de maior qualidade sanitária podem colaborar para aumento da quantidade de exportação de carnes do município.



Divulgação

## Segurança no rodar

Divulgação



**D**e 24 a 28 de agosto o Sindicato Rural de Palotina ofereceu curso para condutores de veículos rodoviários. O encontro ministrado por um técnico do SENAT em parceria com o SENAR-PR foi voltado a condutores de cargas perigosas, focando temas como responsabilidade ambiental e segurança.

## Curso de Artesanato

**D**e 12 a 28 de setembro o SENAR-PR está realizando o curso artesanato em tábua e fibra de bananeira no distrito Patrimônio do Espírito Santo em Londrina. As aulas ministradas por Silvana Baul de Azevedo terão o objetivo de resgatar a riqueza cultural e social da região.

## Turismo Rural

Divulgação



**O** SENAR-PR promoveu dias 26 e 28 de agosto o Curso Trabalhador em Turismo Rural. As aulas tiveram como objetivo desenvolver o empreendedorismo ao produtor rural. Ao todo 15 alunos participaram do curso ministrado pelo instrutor Manuel Gimenes.

# Conselho paritário produtores/indústrias de leite do estado do Paraná | CONSELEITE-Paraná

## RESOLUÇÃO Nº 09/2009

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 15 de setembro de 2009 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Agosto de 2009 e a projeção do preço de referência para o mês de Setembro de 2009.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Agosto/2009 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento; e o preço projetado de referência do mês de Agosto (contido na Resolução 08/2009 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) | POSTO PROPRIEDADE\* - AGOSTO/2009

MATÉRIA-PRIMA	Valores projetados em 18/Agosto/2009	Valores finais Agosto/2009	Diferença (final - projetado)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7475	0,7283	-0,0192
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6500	0,6333	-0,0167
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,5909	0,5757	-0,0152

(\*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluída a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Setembro de 2009, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Setembro, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão contidos no Anexo I do Regulamento, e os valores finais de referência do mês de Agosto/09, são apresentados a seguir:

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE - AGOSTO/2009 E PROJETADOS PARA SETEMBRO/2009

MATÉRIA-PRIMA	Valores finais Agosto/2009	Valores projetados Setembro/2009	Diferença (Projetado - final)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7283	0,6921	-0,0554
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6333	0,6018	-0,0482
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,5757	0,5471	-0,0438

(\*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluída a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Setembro de 2009 é de R\$ 1,2814/litro.

Curitiba, 15 de Setembro de 2009.

RONEI VOLPI  
Presidente

WILSON THIESEN  
Vice-Presidente



# Álvaro Dias na FAEP

FAEP



O senador Álvaro Dias (PSDB), acompanhado de assessores, fez uma visita de cortesia ao presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, na segunda-feira, dia 14.

Representante ativo dos paranaenses no Senado Federal, Álvaro abordou questões relevantes da política nacional, particularmente aquelas mais diretamente ligadas à agropecuária. Aproveitou para conhecer os trabalhos da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, que estava reunida, quando relatou seu posicionamento sobre a necessidade de uma Reforma Tributária, a modernização do Código Florestal e sua contrariedade sobre a revisão dos Índices de Produtividade.

## Nova diretoria no núcleo de Entre Rios

Luiz Carlos Frigo passou a presidência dos sindicatos da região de Entre Rios a Júlio César Meneguetti no último dia 12, na sede do Sindicato Rural de Ivaté. O Deputado Federal Moacir Micheletto participou da posse com uma palestra sobre meio ambiente e alteração do índice de produtividade, entre outros assuntos. O prefeito Municipal de Ivaté Sidinei Delai, o diretor da FAEP, Livaldo Gemin e o supervisor do Senar, Jean Carraro também participaram do evento.

Divulgação



## Diretoria toma posse do sindicato de Mandaguaçu

Tomou posse no dia 11 de setembro a nova diretoria do Sindicato Rural de Mandaguaçu, sob a presidência de Francisco Carlos do Nascimento para o triênio 2009/2012. A solenidade contou com a presença do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, o diretor financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia e o diretor secretário Livaldo Gemin. Estiveram presentes também o deputado federal Ricardo Barros, o deputado estadual Teruo Kato e demais autoridades.

Divulgação



## Sindicato de Centenário do Sul tem nova diretoria

Walter Ferreira Lima assumiu a presidência do Sindicato Rural de Centenário do Sul no último dia 13. Nivaldo de Paula Faria, Irineu Augusto, Antônio Domingos Puía e Jorge Roberto Ronqui assumiram a vice-presidência para o triênio 2009/2012.

## Projeto "Oásis" em destaque

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza assinou, dia 11, um termo de cooperação com a Prefeitura de Apucarana que irá beneficiar a vida dos agricultores da região. O projeto beneficia financeiramente e tecnicamente produtores rurais que mantêm suas nascentes preservadas, de acordo com a legislação ambiental.



Arquivo



## Ria, se for possível

» Pessoas são incapazes de fazer cócegas no próprio corpo (propositalmente), porque o cérebro prevê seus movimentos antes que eles aconteçam, excluindo a sensação de perigo e pânico que provoca as cócegas.

## Sem letrinhas

» A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou que, a partir de 2011, as bulas de medicamentos terão de ser mais didáticas, com informações simples e letras maiores. O uso inadequado de remédios é a segunda causa mais comum de intoxicação no Brasil.

## Inevitável

» Você sabia que o nariz e orelhas nunca param de crescer. A face encolhe com a idade.

## Primeiros veterinários

» As primeiras escolas de veterinária brasileiras surgiram em 1910, mas somente no dia 9 de setembro de 1933 o então presidente Getúlio Vargas autorizou a atuação e ensino da medicina veterinária. Por conta disso, nesta data se comemora o Dia do Médico Veterinário. Entre outras funções o médico veterinário inspeciona a produção de alimentos de origem animal, para que haja o cumprimento das normas de higiene evitando a transmissão de doenças para o homem.



## BEM NA FOTO

Divulgação



## Nasceram

» Quadrigêmeas de ovelhas, em Cafelândia, no oeste do Paraná, no início de setembro. Filhas de "Fumaça", levaram os nomes de **Loly, Pedrita, Rika e Bebel**. Mamam bem e estão felizes.



# 5.310

São as propriedades rurais de **ESTRANGEIROS** no Paraná, totalizando 310.640 hectares.



# 20%

foi a desvalorização do **DÓLAR** até agosto.

## MOSAICO

### Caigangue e Itaipu

» Para evitar problemas com a comunidade de índios caigangues de Salto do Apucarantina, no norte paranaense, a Copel instalou duas placas de advertência na entrada de suas instalações. A primeira em português claro e a segunda na língua caigangue. Quem se habilita a soletrar as palavras contidas na língua caigangue?

Divulgação



### Ônibus errado

» O bêbado entra no ônibus e senta ao lado de um padre. O padre olha para ele com aquele ar de piedade próprio dos verdadeiros santos e diz:  
- Você não vê que esse é o caminho pro inferno, meu filho?  
- Não é possível! - diz o bêbado.  
- peguei o ônibus errado outra vez!

### Correndo Juntos

» Há alguns anos, nas Olimpíadas Especiais de Seattle, nove participantes, todos com deficiência mental ou física, alinharam-se para o início da corrida dos 100 metros rasos.

Ao sinal, todos partiram, não exatamente em disparada, mas com vontade de dar o melhor de si, terminar a corrida e ganhar.

Todos, com exceção de um garoto, que tropeçou no asfalto, caiu rolando e começou a chorar.

Os outros oito ouviram o choro. Diminuíram o passo e olharam para trás.

Então eles viraram e voltaram. Todos eles.

Uma das meninas, com Síndrome de Down, ajoelhou, deu um beijo no garoto e disse: "Pronto, agora vai sarar". E todos os nove competidores deram os braços e andaram juntos até a linha de chegada.

O estádio inteiro levantou e os aplausos duraram muitos minutos. E as pessoas que estavam ali, naquele dia, continuam repetindo essa história até hoje.

Por que? Porque, lá no fundo, nós sabemos que o que importa nesta vida é mais do que ganhar sozinho. O que importa é ajudar os outros a vencer, mesmo que isso signifique diminuir o passo e mudar de curso.

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	"FINANCEIRAS/BANCÁRIAS"	
	1 - 11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		13.223.476,24		2.341.952,64	-	19.862.583,50
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.432.508,38		141.274,87	-	4.851.370,53
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.439.615,67		-	-	2.921.573,82
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		63.951,28		-	-	117.536,28
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		6.432,31		-	-	12.270,92
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		78.121,05		-	-	115.223,46
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-		-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.381.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>16.382.786,02</b>	<b>**542.225,27</b>	<b>2.624.258,51</b>	<b>77.567,43</b>	<b>27.802.991,08</b>
							<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>27.802.991,08</b>

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:

1º» 14/12/2000 » R\$ 500.000,00 | 2º» 23/07/2001 » R\$ 2.000.000,00 | 3º» 04/09/2001 » R\$ 380.000,00 | 4º» 28/12/2001 » R\$ 2.120.000,00 | 5º» 21/05/2002 » R\$ 710.000,00 | 6º» 26/07/2002 » R\$ 2.000.000,00 | 7º» 16/12/2002 » R\$ 2.167.000,00 | 8º» 30/12/2002 » R\$ 204.000,00 | 9º» 08/08/2003 » R\$ 600.000,00 | 10º» 08/01/2004 » R\$ 400.000,00 | 11º» 30/12/2004 » R\$ 1.300.000,00 | 12º» 01/12/2005 » R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (\*) | 3) Setor de Bovídeos (\*\*) a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27 b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27 | 4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001

## JULGAMENTO | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – TRT - PR - 01826-2007-089-09-00-7  
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO DR. UBIRAJARA CARLOS MENDES

Em ACCS - Ação de Cobrança da Contribuição Sindical, na qual acolheu parcialmente os pedidos formulados pelos autores CNA, FAEP e Sindicato Rural de Apucarana, recorrem os mesmos ao TRT postulando a reforma da r. sentença quanto à aplicação da multa e juros do art. 600 da CLT. O juiz singular, entendendo inaplicável a multa prevista no art. 600 da CLT, determinou a aplicação do art. 2º da Lei nº 8.022/90.

Insurgem-se os autores alegando que a alteração da fiscalização e competência para o recolhimento da contribuição sindical rural não revogou tacitamente o art. 600 da CLT, tratando-se estes das contribuições sindicais, incluindo aquelas previstas no art. 592 da CLT. Aduzem que, ao ser atribuída a competência para o recolhimento da contribuição sindical rural à CNA, com base no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71 e art. 580 da CLT, referida matéria passou a ser regulada pelas disposições da CLT, inclusive no que tange à multa do art. 600. Postulam a reforma para aplicação da multa do art. 600 da CLT.

O relator sustenta que “quanto à multa moratória, não se cogita da aplicação do art. 59 da Lei nº 8.383/91, pois essa lei trata especificamente dos débitos devidos à Receita Federal”. Esclarece ainda que “a Lei nº 8.383/91 não fez menção expressa à revogação do art. 600 da CLT, tampouco há incompatibilidade entre os dispositivos, pois um trata dos débitos para com a Receita Federal e outro das contribuições sindicais devidas aos entes sindicais”.

Conclui a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho que “aplica-se, pois, à hipótese, o disposto no § 2º do art. 2º da LICC, segundo o qual não se cogita de revogação quando a lei nova, que estabelece normas gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior. Não houve, portanto, revogação do art. 600 da CLT”.

Transcreve-se a seguir, entendimento manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça:

“TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. ART. 600 DA CLT. VIGÊNCIA. 1. Cuida-se de de ação de cobrança ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA objetivando o recebimento de contribuição sindical rural. Em sede de apelação, o Tribunal de origem reconheceu cabível a exação, afastando-se, contudo, a aplicação do art. 600 da CLT, por entender revogado pelo disposto no art. 2º da Lei nº 8.022/90. Nesta via recursal, além de divergência jurisprudencial, sustenta a recorrente que o artigo 600 da CLT não foi expressamente revogado pelo disposto no art. 2º da Lei nº 8.022/90. 2. A Contribuição Sindical rural obrigatória continua a ser exigida de quem é contribuinte por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT. 3. A Secretaria da Receita Federal não administra a referida contribuição, não tendo, conseqüentemente, legitimidade para a sua cobrança. Inaplicabilidade, ao caso, do art. 2º da Lei nº 8.022/90. 4. Recurso especial provido.” (STJ. REsp 684690 / SP; Recurso Especial 2004/0142600-1. Rel. Min. Teori Albino Zavascki. Rel. p/ Acórdão Min. José Delgado. Órgão Julgador T1 - Primeira Turma. DJ 19.12.2005)

Conforme visto, o Tribunal concluiu pela aplicabilidade da multa moratória na forma do art. 600 da CLT.

## Prazo para renegociar dívida ativa é até dia 30

» Vai até o dia 30 o prazo para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), renegociarem débitos. Após fazer o pedido à Central de Atendimento do Banco do Brasil (0800 880 0494), o agricultor receberá, em casa, boleto bancário de cobrança e carta com os termos da renegociação. Site: [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br)

## Seminário de Seguro Rural em Toledo e Cascavel

» Será no dia 24 de setembro, às 19h00, em Toledo na Faculdade Fasul e no dia 25/09, às 8h30, em Cascavel na Areac, o "Seminário de Seguro Rural" promovido pelos sindicatos rurais e FAEP. Entre os palestrantes estão os representantes do Ministério da Agricultura (MAPA), Secretária da Agricultura (SEAB/PR), Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Seguradora Rural Brasileira e FAEP. Maiores informações nos Sindicatos Rurais Patronais de Toledo (45 3055-2510) e de Cascavel (45 3225-3437).

## Bovinocultura



Cleverson Beje

No próximo dia 28, às 9 horas, na FAEP, ocorre reunião da comissão de Bovinocultura de corte para avaliar a programação no biênio 2009/2010. Estará presente Walter Ribeiro, coordenador do programa estadual de vacinação contra a febre aftosa.

## Produtor pode renegociar dívidas de investimento

» Os bancos estão autorizados a renegociar a parcela deste ano das dívidas de operações de investimento contratadas com recursos do BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional, inclusive do Finame Agrícola Especial e Pronaf. Os bancos só poderão renegociar até 8% de suas respectivas carteiras de crédito desses investimentos. Com isso, os produtores que estão em maiores dificuldades é que devem ser beneficiados. Os vencimentos poderão ser postergados para o fim dos contratos ou redistribuídos nas parcelas restantes. O benefício de renegociação será concedido ao produtor que comprovar a causa da incapacidade de pagamento e a intensidade da perda provocada pelo problema conforme o Manual do Crédito Rural (MCR 2.6.9). Maiores informações no site da FAEP em "Dívidas Rurais": [http://www2.faepr.com.br/destaques/dividas\\_rurais.php](http://www2.faepr.com.br/destaques/dividas_rurais.php) ou com técnico Nilson Hanke Camargo do DTE/FAEP no fone: 41-2169-7931.

## Boas práticas rendem créditos de carbono

» Práticas agrícolas como o plantio direto, a rotação de culturas e a agricultura de precisão podem em breve credenciar o setor a vender créditos de carbono no mercado internacional. A comprovação da redução de carbono pelo uso correto do solo pode permitir a negociação de créditos de carbono. Hoje os projetos de agricultura não são aceitos pelas Nações Unidas, mas há títulos sendo vendidos nas bolsas paralelas de carbono, como a Chicago Climate Exchange (CCX), e o Fundo Protótipo de Carbono, do Banco Mundial. No Paraná, agricultores se uniram em uma cooperativa, a Coopercarbono, e realizaram a primeira venda de créditos referentes a área de matas ciliares. A Coopercarbono fica em Loanda (PR) e faz parte do Programa Biodiversidade do Governo paranaense.

## O gigante cria asas, mas sem tirar o casco do chão

» O JBS (Friboi) compra a Pilgrim's Pride. O mega frigorífico ofereceu US\$ 2,5 bilhões pela Pilgrim's Pride. Com a aquisição da Pilgrim's Pride a JBS passa a ser a maior processadora de carne de frango dos Estados Unidos. Em volume de produção a nova empresa será maior que a brasileira BR Foods, junção da Sadia com a Perdigão. Não satisfeito, o Friboi também associou-se ao Bertim.

## Marfrig compra a Seara

» A empresa vai desembolsar mais de 700 milhões de dólares na transação. A Seara era até então controlada pela Cargill. A compra envolve as operações nacionais e internacionais. A Marfrig agora conta com duas plantas processadoras de aves no Paraná, uma em Jacarezinho, fruto dessa última transação, e uma na Lapa, antiga Da-Granja. A nova empresa pode ser a grande concorrente da BR Foods em aves e suínos. A compra inclui:

- » 7 unidades com capacidade de abate de 1,2 milhões de aves por dia e duas de suínos com capacidade de abate de 5,2 mil cabeças por dia
- » 3 unidades de processados com produção mensal de 17.500 toneladas
- » Um terminal portuário privado em Itajaí, Santa Catarina.
- » A marca Seara e outras marcas operadas pela empresa.
- » Operações de distribuição e comercialização no Reino Unido, Japão e Cingapura, que tem cotas de exportação/importação do Brasil para diversos países.
- » 6 granjas de reprodutores de aves em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul com 3 mil produtores integrados.

Só resta agora saber como será a relação com os produtores integrados.

## Enquanto eles crescem...

A disponibilidade de carne de frango este mês é a terceira maior da história. O setor estima que uma disponibilidade de 600 mil toneladas por mês é suficiente para manter os preços. No entanto, em agosto a disponibilidade chegou a 670 mil. Não é à toa que o preço começou a cair nas principais praças do país. Este volume não era atingido desde outubro de 2008, quando a crise estourou e sobrou frango no mercado interno.

## Proprietário rural tem até o dia 30 para declarar o ITR e o ADA

Termina no próximo dia 30 o prazo para o proprietário de imóvel rural entregar a declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). A FAEP orienta o produtor a procurar o sindicato rural de sua região para fazer a declaração. “Nos sindicatos o agricultor vai encontrar pessoas capacitadas que irão preencher a declaração corretamente”, disse o técnico do departamento Sidical da FAEP Luiz Antônio Finco. O proprietário que não fizer a declaração até 30 de setembro pagará multa de R\$ 50,00 pelo atraso na declaração.

Termina também no dia 30 de setembro o prazo para a declaração do Ato Declaratório Ambiental (ADA). Que é o documento exigido pelo IBAMA aos produtores que possuem Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.

**ITR 2009**  
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

**Prazo de entrega - 30 de setembro**

- Faça sua declaração no Sindicato Rural. É fácil, rápido e seguro.
- Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.

SISTEMA FAEP

### CARTAS

#### Doações para Biblioteca de Ipiranga

Gostariamos de cumprimentá-los pelas mudanças ocorridas no Boletim da FAEP, e fazer um pedido: estamos criando uma Biblioteca Comunitária Rural e, não dispondo de verbas para a compra de publicações, gostaríamos de contar com a ajuda de todos para que nos enviem: Jornais, Revistas, Boletins, Livros, DVDs, CD-Rom. E também cópias ou recortes de artigos e cursos da área agrária e demais publicações sobre o assunto, que estejam tomando espaços nos armários. *Biblioteca Comunitária Rural de São Miguel | A/C: Romaldo Bitencourt | Caixa Postal: 02 | CEP: 84.450-000 - IPIRANGA-PR | Fone: (42) 9122-5302 | E-mail: romaldobitencourt@ibest.com.br*



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124  
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

**Presidente**  
Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
Moacir Micheletto  
Guerino Guandalini  
Nelson Teodoro de Oliveira  
Francisco Carlos do Nascimento  
Ivo Polo  
Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
Livaldo Gemin  
Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
João Luiz Rodrigues Biscaia  
Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,  
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779  
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
Ademir Mueller - FETAEP  
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC  
Darci Piana - FECOMÉRCIO  
Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal | Membros Efetivos**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Jairo Correa de Almeida

**Superintendência**  
Ronei Volpi

## BOLETIM informativo

**Jornalista responsável**  
Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)  
Marcos Tosi (redator)  
Cynthia Calderon (redatora)

e-mail: imprensa@faep.com.br

**Diagramação e projeto gráfico**  
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

# Cafeicultor poderá renegociar dívidas

Dívidas de custeio e colheita de 2008/2009 podem ser roladas em quatro anos, com 20% de pagamento à vista

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou medidas para socorrer os produtores de café. Em três resoluções (3783, 3784, 3785), foi autorizada a renegociação de dívidas, criada uma nova linha de crédito e reduzidas as taxas de juros.

As novas medidas do CMN, publicadas na quarta-feira (16/09), complementam as publicadas na semana anterior para aquisição de café diretamente dos produtores e a conversão de parte das dívidas em produto. No total, o Governo disponibilizará 2 bilhões de reais.

O Ministério da Agricultura pretende elevar as cotações com a retirada do mercado de 25% da atual safra de café e a formação de grandes estoques públicos atendendo ao pedido de setor produtivo. Parte das dívidas será convertida em café ao preço mínimo em vigor, de R\$ 261,69

por saca, considerado baixo pelos cafeicultores paranaenses que queriam R\$ 355,00.

Em torno de R\$ 860 milhões em débitos de custeio e colheita da safra 2008/2009 poderão ser prorrogados por quatro anos. As operações lastreadas no Funcafé têm vencimento até março de 2010. Entretanto, o produtor terá que pagar 20% da dívida no vencimento da parcela.

No site da FAEP, [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br), há um modelo de carta de renegociação com os agentes financeiros.

Foi criada também uma linha de R\$ 100 milhões para o refinanciamento de dívidas via cooperativas de crédito. O financiamento do Funcafé terá prazo de quatro anos, limite de R\$ 200 mil por beneficiário ou R\$ 10 milhões por cooperativa a juros de 6,75% ao ano.



Comissão do Café da FAEP se reuniu em Ibiporã (18/09) e no próximo boletim analisa as medidas anunciadas pelo Governo e a situação dos cafeicultores

Cleversson Beje



